

Anália Franco, uma referência em matéria de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923)

Sérgio César da Fonseca*

sergiofonseca@usp.br

Carla Cristina Johansen**

carla.johansen@usp.br

Resumo

Pelo fato de ter contribuído para fundar e encorpar uma organização assistencial particular que prestou, por largo tempo, assistência ao público, especialmente à infância, Anália Franco está entre as figuras cardeais da formação do campo das atenções à infância pobre em São Paulo. À diferença do típico filantropo de então, Anália Franco buscou dar substância pedagógica à ação assistencial, fato que se pode depreender do numeroso trabalho publicado de sua autoria que abrange de manuais didáticos a livros destinados às famílias para aconselhar sobre a melhor criação dos filhos. Soma-se a esse empenho a posição de liderança e articuladora entre a sociedade civil, por intermédio da organização que presidia (a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, a AFBI), e o poder público a fim de angariar apoio econômico e político para um conjunto considerável de estabelecimentos assistenciais e escolares mantidos pela AFBI ou apoiados por ela. Sendo esses alguns elementos fundamentais acerca da biografia de Anália Franco, buscamos neste artigo indicar alguns aspectos sugestivos da sua posição como pessoa referencial para as cidades do interior paulista que mantiveram tratativas e/ou vínculos formais com a AFBI devido a criarem escolas, asilos infantis, liceus e creches em suas localidades. Para tanto examinamos fontes impressas, a exemplo de livros publicados pela AFBI e assinados por Anália, textos noticiosos em jornais, e documentação produzida pelo Asilo “Anália Franco” de Ribeirão Preto com o objetivo de colocar esse estabelecimento em primeiro plano enquanto um notório caso exemplar da posição referencial assumida por ela.

Palavras chave

Assistência; infância; Anália Franco; interior.

Anália Franco, a reference in childcare for the cities of the interior of São Paulo state? (1901-1923)

Abstract

Anália Franco is amongst cardinal figures in the formation of the field of care for poor children in São Paulo, as it has helped to found and structure a private care organization that has long provided public assistance to the public, especially children. Unlike the typical philanthropist of that time, Anália Franco sought to give pedagogical frame to the assistance action, a fact that

*É professor na Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, no Departamento de Educação, Informação e Comunicação, atuando também no Programa de Pós-Graduação em Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação e História da Infância.

**Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

can be deduced from the numerous works published of her authorship that ranges from textbooks to books intended for families to advise them on the best child rearing. In addition to this commitment, the leading and articulating position among civil society, through the organization which she was the president (the Women's Beneficial and Instructional Association, AFBI), and the public bodies in order to raise economic and political support for a whole assistance facilities and school maintained or supported by AFBI. These are some of the basic elements of Anália Franco's biography. In this article we seek to indicate some aspects suggestive of her position as a reference person for the cities of the interior of São Paulo state that have maintained formal relations and / or ties with AFBI due to the settling up schools, high schools and day care facilities in their localities. In order to do this, we examine printed materials, such as books published by the AFBI and signed by Anália, newspaper articles, and documentation produced by the "Anália Franco" elderly asylum of Ribeirão Preto in order to place this establishment in the forefront as a notorious exemplary case of the referential position assumed by her.

Keywords

Assistance; childhood; Analia Franco; countryside.

Anália Franco e a assistência à infância: de um projeto a um legado

Anália Franco seguramente é uma referência na história da educação infantil em São Paulo e no Brasil. Nascida em 1856, em Resende, RJ, conheceu, desde muito jovem, o trabalho na sala de aula: nem era bem adolescente, em 1868, e auxiliava sua mãe, professora, na capital da província de São Paulo. Por anos, durante a segunda metade do século XIX, ela foi professora primária, bem como se aplicou, conforme sua opção de vida, ao amparo dos pobres, especialmente das crianças. Não bastasse colecionar os anos dedicados ao ensi-

no, logo no início do século XX, sua participação foi decisiva para a fundação, em 1901, da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), uma organização dedicada à educação de mulheres, preferencialmente das pobres, da qual foi presidente até seu falecimento, em 1919¹.

Para criar a AFBI, Anália contou com o apoio de membros da comunidade espírita da capital e de sua ligação com a maçonaria, além de se somar à algumas figuras reconhecidas pela dedicação à filantropia², caso de Genebra de Aguiar Barros, cofundadora e vice-presidente da AFBI desde a primeira diretoria, e Maria

¹Muito do se que sabe da biografia de Anália Franco tem por fonte o livro de Eduardo Carvalho Monteiro (2004) que, a rigor, não se enquadra *stricto sensu* num trabalho acadêmico. Em termos complementares, as pesquisas de Eliane de Christo Oliveira (2007) e de Samantha Lodi-Corrêa (2009) tiveram por objeto aspectos da biografia de Anália Franco e, em razão da leitura da documentação produzida por ela e pela AFBI, iluminaram pontos importantes de sua obra enquanto escritora, elaboradora de ideias sobre educação e filantropia e sobre seu papel como mulher e liderança AFBI.

²É possível caracterizar a filantropia do ponto de vista institucional, especialmente quando se trata das formas que emergiram desde o século XIX, no Brasil, como sendo praticada por instituições como orfanatos, asilos infantis e assemelhados, em geral conduzidas por organizações, atores ou associações frequentemente originadas e situadas na sociedade civil, cujo escopo assumido era o de prestar cuidados, criar, nutrir, amparar, socorrer, instruir e educar em nome, primeiro, do socorro emergencial aos desvalidos e, mais ainda, a fim de preservar a sociedade de futuros desgarrados. Variando entre a inspiração religiosa e o caráter laico e civilizador, a filantropia e a caridade, a princípio, apresentaram no correr do XIX, diferenças que residem na inspiração, nos aspectos ideológicos, com mais cientificismo e laicismo de um lado e mais proselitismo, doutrinação e anterioridade histórica de outra parte, por exemplo. A caridade é um valor para os cristãos, teologicamente justificada e que opera de pessoa para pessoa, como na esmola, na visita aos doentes, ou que inspira a razão de ser de organizações laicas ou irmandades religiosas, formadas de membros devotados a amparar os desafortunados, atuando sobre o público e aparelhadas de corpos institucionais como orfanatos e hospitais (estruturados para abrigar), afinal, o “pobre era antes de tudo objeto de caridade e não de justiça propriamente”, pois “via-se o pobre como pessoa sofredora e não como injustiçada”, o que fazia acentuar “unilateralmente a mística dos ‘bem aventurados os pobres’, favorecendo-se deste modo os beati possidentes” (HAUCK, p. 1985, p. 167). Nesse sentido, o debate sobre oposições e aproximações entre caridade e filantropia, no Brasil, repercutiu em estudos situados entre os campos da história social da infância e da história da educação. Alguns expoentes dessa literatura, particularmente Rizzini (1993), Rizzini&Pillotti (1995), assim como Marcílio (1998), ao se ocuparem dos temas do abandono de crianças e das instituições para desvalidos e pobres, tem como ponto comum de ancoragem o século XIX como sendo um período de disputa entre modelos e referências, com prevalência da caridade até a elevação da filantropia como uma força ativa no campo, fato que, como consequência, produziu primeiro a crítica da filantropia, no entender de Marcílio, dando lugar em seguida a uma prolongada situação combinatória entre métodos caritativos e filantrópicos, tendo por resultado a mimese que plasmou a assistência à infância na passagem de século para o XX. A lógica da combinação entre caridade e filantropia é uma tese compartilhada por trabalhos publicados no correr da década de 1990, a exemplo de Rizzini (1993, p. 47), para quem a “assistência caritativa” seria a síntese da superação dos conflitos em razão da “acomodação das disparidades, a partir do momento em que os modelos puderam absorver métodos, técnicas, pontos de vista de ambas as partes, a ponto de se tornarem modelos assistenciais compatíveis”.

Renotte, médica, belga de origem, radicada no Brasil e militante das causas da saúde pública, da assistência às mulheres e crianças e fundadora da sucursal da Cruz Vermelha no país (MOTT, 2005). Várias outras componentes da diretoria da AFBI, a exemplo de Emilia Silva, Julia Andrade, além de formarem o corpo dirigente, atuavam também nas escolas e creches da associação, fazendo as vezes de professoras e diretoras, sendo que, pelo fato de integrarem algumas delas o conselho fiscal, cuidavam ainda da gestão das finanças e bens da entidade³.

Desde o momento inaugural de seu engajamento na presidência da AFBI, Anália Franco aplicou-se intensamente a um projeto de assistência que, logo nos primeiros anos da década de 1900, mostrava estar baseado: (1) *na publicidade*, vez que era fato comum para a presidente da AFBI (e à própria associação) a elaboração e a divulgação de ideias pedagógicas que, embora não fossem estritamente autorais, representavam escolhas nítidas quanto à preferência pela escolarização que tão somente pelo asilamento das crianças atendidas nas creches e asilos da AFBI; (2) *no hibridismo entre asilo, residência e escola*, pois essa combinação também compunha os propósitos desse projeto a fim de levar a escolarização aos pobres e às mulheres conforme uma imagem ideal de sujeito baseada no trabalho e em seus efeitos moralizantes; (3) *na oferta de educação escolar, instrução de ofícios e assistência asilar às classes populares*, na forma de creches, asilos, escolas maternas

e oficinas de instrução de ofícios; (4), *na operação de uma rede*, afinal, as ações assistenciais lideradas por Anália Franco com o tempo passaram a explicitar o intento de expandir o modelo das obras da AFBI, o que indica que ela e a Associação tratavam com variados apoiadores e, por isso, influenciavam diversas cidades e os seus benfeitores locais a ponto de, dado o número de asilos, creches e escolas fundados conforme essa tendência, ficar certo para as lideranças da associação que havia, sim, uma rede de estabelecimentos tocados direta ou parcialmente pela influência de seus princípios, escolhas institucionais e propósitos.

Faz sentido, nessa lógica, incluir Anália Franco como artífice (ladeada nesse intento por outras figuras também cardinais dentro da associação⁴) da produção de um projeto de assistência (que, até fins da década de 1910, formaria um legado), cujas bases seguiram mantidas pela AFBI na década de 1920 e até para além. Nos documentos produzidos depois do falecimento de Anália⁵, os princípios base que haviam sido afirmados como orientadores das ações e obras da AFBI seguiram cristalizados, porquanto os objetivos da assistência, em essência, pouco se alteraram nos quatro estatutos da AFBI, sucessivamente reeditados em 1901, 1909, 1919 e 1923. A versão de 1919 seguia afirmando os fins “essencialmente laicos”, bem como a expansividade enquanto características da AFBI no pós-Anália Franco. Criar e “manter, neste Estado e em outros da Federação” assinalavam os “fins imediatos” da AFBI e seri-

³ Outra categoria de apoiadores eram os membros contribuintes, entre os quais figurava Washington Luiz, cuja carreira política galgou postos de mando em São Paulo, como a posição de secretário das pastas do Interior e da Segurança Pública e também a presidência do estado, sendo mais tarde presidente da República, o último antes da derrocada da República Velha.

⁴ Entre as apoiadoras e partícipes da direção da AFBI e/ou de suas variadas escolas havia muitas mulheres. Era fato comum que elas ocupassem mais de uma posição ou função na associação. Nomes listados nos relatórios de 1908 e 1912, a exemplo de Julia Andrade e Emilia Silva (fiscais dos estabelecimentos da associação), ou, Maria Ferraz, tanto auxiliar na escola noturna quanto instrutora na oficina de costuras, atuavam em mais de um mister na associação. Nos citados relatórios, Julia Andrade, Emilia Silva e Maria Ferraz, vale destacar, alternavam-se em variadas atividades por serem também integradas organicamente aos trabalhos cotidianos e à direção da AFBI, ora lecionando, tocando escolas e oficinas, ora constante entre as posições formais assessoras ou dentro da diretoria. Merece ser citado o nome de Eunice Caldas que, em 1901, colaborou na fundação da AFBI e, pouco tempo depois, no ano de 1903, pelo fato de atuar e viver em Santos, ela fundou nessa cidade o Liceu Feminino Santista, filiado à associação presidida por Anália Franco. Ainda nesse ano o grupo que atuou com Eunice Caldas na fundação do liceu rompeu com a AFBI e fundou em Santos a Associação Feminina Santista, segundo Magda Fernandes Ventura (2016).

⁵ Após seu falecimento, em 1919, a Associação passou a contar com nova diretoria e teve o nome alterado para “Associação Feminina D. Anália Franco”. Em 1923 voltou a se chamar “Associação Feminina Beneficente e Instructiva”.

am realizados conforme ocorresse a criação de “crèches, escolas maternas, escolas profissionais, colônias regeneradoras, e assim que seja possível, Lyceos, Asyls e outras instituições que forem julgadas convenientes para o maior progresso desta Associação” (ASSOCIAÇÃO, 1919, p. 1).

Da versão de 1919, do Estatuto da AFBI, pode-se apurar o caráter e o alcance pretendidos pela associação em alguns pontos: (1) *laicismo e assistência extensiva a todos sem discriminação*: a despeito das idiossincrasias religiosas abrigadas no interior da associação e assumidas por várias de suas diretoras e professoras, a afirmação regimental dos fins laicos da AFBI segue mantida; (2) *uma organização expandida*: a AFBI se pensava para além da capital paulista, sua sede, afinal, tinha seguro como um de seus propósitos aquele de criar e manter, no estado e pelo Brasil, uma série de instituições, de creches, de asilos e escolas maternas a liceus e instituições que comportassem seções “regeneradoras para menores” de “ambos os sexos” como objetivos assumidos; (3) *posição de influência*: o corolário de se projetar como articuladora de uma rede institucional é que o estatuto deixa certo que a AFBI se colocava como influenciadora, ou até mais que essa posição, de vários estabelecimentos no interior, os quais, junto dos que viessem a ser criados, estariam sob a sua autoridade, quer na forma de “superintendência e fiscalização”, como também com o compromisso de prestação regular de contas.

O Estatuto, na versão de 1919, registra, em seu conteúdo, a posição da AFBI - progressivamente consolidada desde a fundação - de irradiadora de influências no campo assistencial paulista. Além das obras próprias na capital, havia inúmeras instituições no interior modeladas pelos princípios institucionais e pedagógicos normatizados pela Associação. Uma das regras estatutárias, por exemplo, mantida no documento de 1919,

determinava que os estabelecimentos tivessem o nome de Anália Franco, bem como estariam sujeitos à fiscalização e prestação de contas mensais à diretoria da Associação.

A opção pelo laicismo, ao menos em termos formais, no citado estatuto, lembra que a obra da AFBI, criada com sua participação, gerida conjuntamente com as demais partícipes da diretoria e liderada por Anália, não reverenciava uma confissão religiosa exclusiva: aqueles e aquelas a serem atendidos podiam pertencer a qualquer segmento religioso ou expressar qualquer fé, algo que, certamente, resultou da influência do cariz ecumenista originário da religião espírita à qual Anália Franco era fortemente vinculada (OLIVEIRA, 2007; LODI-CORRÊA, 2009).

Em parte guiada pelos princípios cristãos que assumia publicamente, por isso as alusões frequentes à caridade como prática, como sentimento de compaixão para com o sofrimento do outro, a presidente da AFBI também teve de atender às exigências da obra que conduzia a partir de respostas ancoradas na extração de elementos provenientes das ideias pedagógicas inovadoras em matéria de educação infantil e circulantes no Brasil desde a década de 1870. Como resultado, o conteúdo substancial dessas respostas teve por via de expressão a produção de livros e manuais de orientação para as escolas, todos publicados pela AFBI, muitos dos quais com a assinatura de sua primeira presidente. Acrescente-se, ainda, que o recurso ao papel político de sua liderança (dotada de capacidade de mobilizar apoios na sociedade civil e no governo estadual) e a sua participação na administração de uma mantenedora que tinha responsabilidade direta sobre estabelecimentos próprios e influência sobre outros tantos com vínculos de compromisso pelo estado afora, preenchiam o rol de demandas que impeliavam Anália a enfrentar questões insti-

tucionais e políticas nem sempre previstas pelas ideias caritavo-cristãs que a inspiravam.

essa organização mantinha relação com uma rede de instituições, tanto próprias quanto associadas, para as

| Cidades | Estabelecimentos |
|-----------------------|--|
| São Paulo | Escola manteral “D. Paulina” Liceu Feminino Escola noturna para analfabetos Asilo e creche Escola maternal para meninos Creche “Dr. Antonio Prado” Albergue diurno para filhos das mães empregadas |
| Bebedouro | Escola maternal |
| Dois Córregos | Escola maternal |
| Itapetininga | Escola maternal |
| Jaboticabal | Escola maternal |
| Jaú | Escolas maternais (Quatro escolas) Escola primária Creche |
| Limeira | Escola maternal |
| Ribeirão Preto | Asilo infantil |
| Rio Claro | Escola maternal |
| Santos | Liceu Feminino Santista (fundado em 1903 e ainda nesse mesmo ano assumido pela Associação Feminina Santista) |
| Sertãozinho | Escola maternal |

Quadro 1—Estabelecimentos ligados à AFBI entre 1901 e 1917 na capital e no interior

Fonte: quadro organizado pelos autores a partir dos relatórios da AFBI de 1908 e 1912, das edições d’ *A voz maternal* e do jornal *O Estado de S. Paulo*

Se considerada sua trajetória no campo assistencial desde fins do século XIX, Anália Franco expressou a simbiose entre caridade e filantropia, com prevalência evidente da segunda, a observar, por exemplo, no intento assumido por ela e também pela AFBI de edificar e manter uma obra grande, distribuída pelo estado, que abrangia de creches a escolas de formação de professoras, orientada, por sua vez, por formatos institucionais adotados pela Associação (com destaque para a creche e o asilo infantil) e pela formulação de um corpo de ideias pedagógicas elaboradas para influenciar as práticas e definir fins a alcançar. Nesses termos, logo nos primeiros anos de atuação da AFBI, estava claro que

quais devolvia, entre várias respostas, notícias do andamento das obras numa espécie de imprensa própria, cuja expressão era o jornal “A voz maternal”. Publicado mensalmente e sempre com textos assinados por Anália Franco, o periódico “A voz maternal”⁶ era entregue aos sócios como forma de divulgar as atividades e movimentações financeiras da AFBI e, bastante importante, para noticiar o trabalho realizado nas diferentes cidades nas quais havia creches, asilos e escolas maternais.

Devido à periodicidade do jornal, ao cotidiano dos trabalhos educativo-assistenciais e à extensão da associação às cidades do interior havia muito a noticiar. A influência de Anália e da AFBI, já nos anos 1900,

⁶As edições de 1903, 1905, 1907 e algumas de 1904 estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo (consulta física ou por meio de seu Repositório Digital, acessado pela Rede Mundial de Computadores) e os exemplares do ano de 1904 estão disponíveis no acervo digital da Fundação Carlos Chagas, no sítio relacionado à História da Educação e da Infância, também de possível acesso pela Rede Mundial de Computadores

ecoava para além da cidade de São Paulo. Embora a *Voz Maternal* tivesse por conteúdo majoritário de suas edições o cotidiano de uma obra assistencial irradiada a partir do assentamento na capital, não é menos importante o fato de que estava em processo de formação uma rede institucional, em parte operada pela AFBI e, de outra parte, por agentes locais. Por isso, a agenda de visitas, de supervisão, de matrículas, de escolas existentes, recém-fundadas e com previsão de criação dê o tom das notícias da *Voz Maternal*, porquanto os indícios de que a AFBI influenciava e procurava colocar-se como o ente que supervisionava uma rede não são pequenos se considerado o noticiário de seu periódico oficial. Na edição de dezembro de 1903 d' *A Voz Maternal*, por exemplo, há um balanço financeiro de viagens realizadas por “D. Emília Silva” – colaboradora próxima da diretoria da AFBI - que, na nota, recebeu a denominação de “Fiscal das Escolas Maternaes” (A VOZ MATERNAL, 1903, n. 1, p. 7). A citada fiscal visitou escolas localizadas nos municípios do interior do Estado de São Paulo: Campinas, Jaguari, Dois Córregos, Jaú e Jaboticabal, fato indicativo da supervisão das instituições interioranas realizadas por pessoa com função delegada pela AFBI.

Na edição de janeiro do ano seguinte da *Voz Maternal*, aparece reproduzida uma notícia do Jornal “O Diário do Jahu”, com o título “Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de S. Paulo”, dando conta da realização do exame final da escola maternal de Jaú, com posterior festa oferecida às crianças (A VOZ MATERNAL, 1904, n. 1, p. 8). Em maio do mesmo ano, o periódico da AFBI informava sobre a instalação de uma escola maternal em Itapetininga, que já contava com a matrícula de 50 crianças, cuja turma seria assumida por uma professora que cursava o 3º ano do “Lyceu Feminino”, também dos quadros da Associação (A VOZ MATERNAL, 1904, n.2, p. 3). Nesse caso, a própria Associação foi a responsável

pela formação da professora que assumiria a turma. A notícia finaliza assim: “A aceitação que as escolhas maternaes vão tendo em todo o Estado é uma prova assas (*sic*) convincente de sua palpitante necessidade” (A VOZ MATERNAL, 1904, n.2, p. 3).

Ainda no ano de 1904, em setembro, *A Voz Maternal*, avisava sobre a instalação da primeira escola maternal da AFBI em Campinas, contando com a matrícula de 100 crianças, entre meninos e meninas. Para a organização da escola, foi enviada a Campinas uma auxiliar da diretoria da Associação, “D. Julia de Andrade” (A VOZ MATERNAL, 1904, n. 4, p. 7). Quanto ao número e à frequência das instituições, é possível obter ainda outros dados nas edições de 1904. No mês de junho, constam 27 escolas vinculadas à AFBI na capital e no interior de São Paulo (não são especificadas as cidades), frequentadas por 1.014 crianças (A VOZ MATERNAL, 1904, n. 5, p. 2, 1904).

Já em agosto do mesmo ano, a descrição é mais precisa, contando o “Lyceu 80 alumnas, ao passo que as “Escolas Maternaes” somavam “tres isoladas no interior”, seguidas de “2 grupos de escolhas reunidas na Capital e 14 isoladas, sendo o total de 28, com uma frequência superior a 1000 alumnos de ambos os sexos”; e os números e as demandas pressionavam a AFBI a atender aos reclamos, pois “cada escolha que se abre ocorre logo tao grande numero de creanças, que é impossivel ensinar a todos”. Resultado do alcance obtido devido a se interiorizar precocemente, somado ao fato de crescer na capital, as matrículas subiam a “50 creanças” na escola maternal de São Paulo, tendência repetida em Itapetininga onde a “matricula sóbe a 70 creanças” e com projeções ascendentes na “cidade de Campinas, onde encontramos muito boa vontade na parte mais distincta da sociedade campineira”, localidade na qual “já temos mais de 100 creanças matriculadas para três

escolas que vão ser instaladas alli a pedido das classes desprotegidas” (A VOZ MATERNAL, 1904, n. 7, p. 4).

Na *Voz Maternal*, dava-se a conhecer o número de escolas e matrículas e também a crescente entrada das escolas modeladas pela AFBI em cidades paulistas. Possivelmente, os atores locais que fundavam creches, asilos ou escolas inspiradas pela obra de Anália Franco e da AFBI, faziam-no por vínculos com a comunidade espírita, a essa época bastante estabelecida em várias cidades paulistas; ou, caso também frequente, a representação local da maçonaria assumia o papel de mantenedora, como ocorreu com Ribeirão Preto em 1917, quando da fundação do Asilo de Órfãos “Anália Franco” (FONSECA, 2012). Tanto de modo cumulativo quanto conforme uma só das hipóteses ora aventadas, o fato é que o espiritismo enquanto religião não custa repetir, por haver alcançado o interior do estado, estava suficientemente territorializado a ponto de fornecer à presidente da AFBI e a essa associação a trilha necessária para a interiorização da obra assistencial que ambas representavam. Tal argumento, por extensão, é válido para incluir a maçonaria como coadjuvante especial da interiorização desse modelo assistencial, pois parte de seu assentamento era local sendo que, ao mesmo tempo, as lojas maçônicas estavam organizacionalmente articuladas em circunscrições regionais e estaduais que se relacionavam hierarquicamente e mantinham frequente comunicação (BARATA, 1999).

A maçonaria e os espíritas eram mobilizados, quando não, eram eles os artífices locais nas cidades da criação de estabelecimentos assistenciais, como também outros atores eram buscados por Anália Franco a fim de dar publicidade ao trabalho que ela liderava, como é o caso da imprensa. O relacionamento com a imprensa paulista foi importante para que Anália constru-

ísse alguns nós de uma rede de apoio, sendo que, entre os resultados da contrapartida dessa aproximação, sua agenda de visitas e atividades pelo estado fornecia parte do conteúdo do noticiário impresso na qual constava seu nome. No levantamento que realizamos em dois jornais expressivos entre os vários da imprensa paulista do começo do século XX, *O Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*⁷, destacamos os vínculos que Anália conseguia estabelecer entre os filantropos e apoiadores das cidades em que fundaria ou já havia influenciado de algum modo no estabelecimento de instituições. As visitas noticiadas são ilustrativas a respeito da validação das obras locais conferida pela sua passagem, a exemplo de quando ela presidiu a assembleia para eleger a diretoria do “Asylo de Orphãos e Crèche” na “Villa de Dobrada” (O ESTADO DE S. PAULO, 1914, número 12.891, p. 6). Com efeito, a formação dessa rede de apoio permitiu que a AFBI passasse de investidas localizadas a ações mais amplas em termos territoriais, de população atendida e de recursos mobilizados.

Por vezes, a fim de manter esse cerimonial que selava a ligação com a AFBI, quando a própria Anália não estava presente, outros membros iam para inaugurar ou para fiscalizar o trabalho em curso, como quando a Associação delegara poderes a uma comissão para fiscalizar as escolas e creches mantidas pela AFBI no município de Jundiaí (O ESTADO DE S. PAULO, 1914, número 12.891, p. 6). Não obstante, percorrer pessoalmente várias zonas do estado, ou se fazer representar por outros, a extensão da influência da presidente da AFBI se fazia medir também pelas visitas de comitivas ou interlocutores vindos do interior cuja demanda, no geral, era negociar a fundação de um estabelecimento, como foi o caso de um cidadão de Sorocaba que veio a São Paulo a fim de tratar sobre a instalação de

⁷Disponíveis no portal da Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente ao domínio da Biblioteca Nacional Digital, com acesso pela Rede Mundial de Computadores.

um “asylo e creche filiado á Associação Feminina Beneficente e Instructiva” (O ESTADO DE S. PAULO, 1917, número 13.955, p. 4).

Até fins da década de 1920 – e mesmo depois de seu falecimento -, a líder da AFBI havia consolidado uma posição de destaque nos campos assistencial paulista e paulistano e, ao menos dois legados. O primeiro legado resulta da formação de uma organização possuidora de saber fazer em matéria de asilos, creches e estabelecimentos entre assistenciais e escolares, consideravelmente capaz de irradiar sua influência – para esse legado a contribuição em vida de Anália Franco deixou marcas inequívocas. Por sinal, a publicação de um jornal próprio, *A Voz Maternal*, documenta o fato de que a AFBI e sua fundadora e liderança maior produziam um periódico próprio a fim de fazer circular notícias e comunicados com a expectativa de fazê-los chegar ao corpo funcional das obras, aos apoiadores e também aos filantropos situados nos municípios. A repercussão desse trabalho filantrópico-assistencial na imprensa da capital, com destaque para *O Estado de S. Paulo*, e episodicamente nos jornais do interior, fornece sinais da projeção pública de Anália como expoente do esforço de multiplicação de instituições pelas cidades nos moldes experimentados pela associação por ela presidida.

O segundo legado é a posição de elemento modelar da assistência organizada e oferecida ao público por uma entidade representativa da sociedade civil, como reconheceu o presidente interino do estado, Dino da Costa Bueno, em relatório no qual reportava que “diversos asylos particulares – entre os quaes se destacam o do ‘Bom Pastor’, o da ‘Divina Providencia’ e o ‘Anália Franco’(...) receberam diversas meninas que lhes foram encaminhadas de accôrdo com a lei, para a respectiva internação”, o que em “tudo contribuiu para que o magno problema da protecção e assistência aos

menores tivesse parcial solução” (SÃO PAULO, 1927, p. 31). O conjunto dessas instituições e obras da AFBI serviu também de linha auxiliar do estado na assistência à infância. Os relatórios dos presidentes de estado, os anuários do ensino e os anuários estatísticos estaduais, por exemplo, reportam a prática de conceder subvenções às organizações assistenciais particulares e as incluem como elemento decisivo para a extensão de serviços instrutivo-profissionais, escolares e, precisamente assistenciais, às crianças das classes populares.

Para além do modelo asilar

Em sua memória publicada em 1861 sobre *La beneficencia, la caridade e la filantropia*, Concepción Arenal reservou significados específicos para cada termo, a começar por caridade, que seria a extensão do espírito religioso devotado a cuidar dos miseráveis e desvalidos, expressa nos conventos, nas obras pias e nas esmolas. A filantropia, definida como “amor pela humanidade”, segundo Arenal, deve seu sentido moderno à obra de Johann Bernhard Basedow (1724-1790) e equivale à “compaixão, filosófica, que auxilia ao miserável por amor à humanidade e à consciência de sua dignidade e direito”. A beneficência, por sua vez, é a “compaixão oficial que ampara o desvalido por um sentimento de ordem ou justiça”. Pelo fato de historiar a longa tradição da caridade e da filantropia na Espanha, Arenal assentou essas diferenças a partir da experiência espanhola quanto ao trato dos miseráveis, pobres e desafortunados. Em comparação com a etimologia e com o acúmulo histórico de séculos de realizações caritativas e filantrópicas na Europa e, especialmente, na Espanha, não seria exagero entender que Arenal atualiza os termos para o século XIX conforme o que havia por inventariar das obras patrocinadas pela caridade e pela filantropia na porção espanhola da Península Ibérica.

Por sua vez, na outra parte da península, em Portugal, a última versão do extenso conjunto de leis do

reino, as Ordenações Filipinas, de 1603, do ponto de vista jurídico-administrativo, fez perenizar um tipo de sistema de auxílios públicos que tinha nas câmaras municipais o primeiro responsável pelos enjeitados de sua jurisdição. Sob o espírito das Ordenações, ao menos do ponto de vista doutrinário, ficou consagrado no Brasil um modelo longo de socorro aos desvalidos, baseado na delegação de incumbências às instâncias de governo local a quem era possível se escorar no apelo a entes particulares, casas de expostos, irmandades de misericórdia e tutores, o que, por sua vez, definiu em grande medida as feições futuras da assistência à infância durante o XIX, especialmente em São Paulo, onde a roda é estabelecida em 1825, consentaneamente aos seus dois primeiros seminários para órfãos. Na capital da província, surgiram os primeiros seminários públicos para órfãos, um para meninos e outro para meninas (o Seminário de Santana e o Seminário da Glória, respectivamente), pelos idos de 1825 (FONSECA, 2012).

Nesse ano também foi criada a primeira e única roda e casa de expostos da cidade, mantida pela Irmandade da Misericórdia, de longa existência, cuja atividade durou até os anos 1950. Entre as décadas de 1870 e 1890 diversos estabelecimentos entraram em atividade, a exemplo do Liceu de Artes e Ofícios, Instituto D. Ana Rosa, Liceu Sagrado Coração de Jesus, Orfanato Cristóvão Colombo, incluindo ainda, vários orfanatos e abrigos, mantidos por entidades da sociedade civil entre os quais é possível destacar, no grupo dos mantenedores, como um caso típico, a Associação Protetora da Infância Desvalida - ligada diretamente ao Instituto D. Ana Rosa e, desde sua fundação, presidida por membros da família Souza Queirós (FONSECA, 2012).

À vista das respostas dadas ao abandono e à educação dos pobres, a assistência à infância na versão institucional trouxe do século XIX importantes referências e modelos consagrados como aplicáveis cotidianamente

a fim de manter a guarda de crianças por tempo variável - longo no mais das vezes - e com isso substituir suas famílias parcial ou totalmente, assumindo sua tutela em espaços cujo formato preferencial era o fechado, pois abrigado na maior parte do tempo do exterior. Entre os modelos citáveis, destacam-se os asilos infantis, os seminários, liceus e orfanatos. Para superar em parte o modelo asilar, baseado na permanência sem expressivo proveito educativo-escolar, como fora comum na cultura institucional de asilos e orfanatos até então, Anália Franco manteve esforços contínuos a fim de avançar para além das práticas de criação e cuidados elementares. Sua produção escrita e publicada atendia deveras ao intento de enriquecer com conteúdos escolares e com processos formativos baseados na instrutividade do trabalho o programa das instituições que se ocupavam de crianças órfãs e pobres, a começar por aquelas da AFBI. A considerar os livros e manuais que escreveu e fez publicar, ao menos no campo das ideias e projetos, Anália tentava vencer essa querela. A esse respeito, em estudo pioneiro no campo da história da educação infantil em São Paulo, Kishimoto (1986), eleva o caráter *avant la lettre* da obra pedagógica de Anália Franco, vez que foi ela a “a primeira educadora a utilizar termos como creches e escolas maternas para denominar suas instituições destinadas à infância”. Apesar da “grande semelhança de seus estabelecimentos com os asilos infantis ou orfanatos, alguns fatores de ordem pedagógica” assinalavam “uma certa diferenciação dessas organizações” (KISHIMOTO, 1986, p. 211). Pela abrangência assumida desde o nascedouro, essa ação assistencial pretendia atender a pessoas de diferentes níveis de idade, com propostas para crianças de 3 a 7 anos, por meio de creches e escolas maternas, escolas para jovens e adultos e oficinas profissionalizantes (OLIVEIRA, 2007, LODI-CORRÊA, 2009). Desde as origens da AFBI, o texto de seu primeiro estatuto é bastante direto nesse ponto, no artigo 3º, § 2º., o

qual determina criar, “seguindo o exemplo da França, onde as escolas maternas têm tido amplo desenvolvimento, aulas de ensino infantil, onde as crianças de 2 a 7 anos de ambos os sexos recebem os cuidados que reclamam o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual, sem cortar os laços da família” (ASSOCIAÇÃO, 1901, p. 2).

Formar professoras, por sua vez, era uma frente de ação importante entre os propósitos da organização, pois, nos quatro Estatutos da AFBI, citados anteriormente, consta sempre neles a previsão de “Lyceus Femininos” para a formação docente, como de fato algumas das professoras das creches e escolas maternas já tinham sido internas em alguma instituição da AFBI: no Asilo “Anália Franco”, de Ribeirão Preto, não custa citar, consta no Livro de Matrículas que duas das internas se tornaram professoras: Sebastiana Martins da Silva, que ingressou no asilo com 9 anos de idade em 1925, e Maria Cruz, que se tornou asilada com apenas 4 anos de idade. Nessa tendência, em 1934, a ex-asilada Maria Martins passou a ocupar o cargo de diretora do asilo ribeirão-pretano (ASYLO, 1917, p. 6).

Era parte dos planos da AFBI fundar e manter instituições de educação infantil nos moldes das escolas maternas e referenciadas na experiência francesa da época, como deixa claro o seu primeiro estatuto. Nesse ponto, a AFBI expressava o espírito do tempo no que tange à novidade representada pelas instituições de educação infantil, raras no Brasil de início do século XX, porquanto, desde fins do século XIX, a começar pelo Rio de Janeiro em 1875⁸, o jardim de infância, primeiro, e a creche a seguir, entraram num ciclo de ingresso e assentamento no país. Em 1896, junto da Escola Normal da Praça da República, entrava em atividade o pri-

meiro jardim de infância público de São Paulo. Mais tarde, em 1899, surgiu a Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, em 1899, seguida em data aproximada, pela Creche da Companhia de Tecidos Aliança, na mesma cidade. Anos depois, as primeiras congêneres apareceram em São Paulo, sendo a precursora a Creche da Vila Operária Maria Zélia, de 1918, secundada pela Creche da Companhia Votorantim, na cidade de Sorocaba, inaugurada em 1927 (KISHIMOTO, 1986; BASTOS, 2001).

A simpatia pelas novidades da pedagogia e da renovação da escola que animavam de professores a reformadores no entrante século XX, no Brasil, também está presente no currículo extenso previsto pelo Estatuto da AFBI, de 1901, pois seu conteúdo alinha-se com as experimentações pedagógicas inovadoras dessa época, introduzidas, por exemplo, no meio escolar paulista a partir da Escola Normal e de seu jardim de infância laboratório. A começar pela escola maternal, o Estatuto de 1901 previa um programa pautado pelos seguintes conteúdos e práticas, cujo “fim a atingir na escola maternal não é propriamente dar à criança noções de leitura ou de cálculo, mas amparal-a e submettel-a a um conjunto de salutare influencias, incutindo-lhes bons hábitos intellectuaes, moraes, physicos e maneiras cor-tezes, e, despertando a sua actividade espiritual, regulal-a gradualmente” (ASSOCIAÇÃO, 1901, p. 2).

Se, em termos regimentais, ao menos, a AFBI expressava alinhamento com as novas referências institucionais para a educação infantil, no plano da produção de ideias pedagógicas, Anália Franco fez das publicações o meio para reverberar orientações didáticas, metodológicas e preferências curriculares, também impregnadas de referências nas novidades pedagógicas de

⁸Criado em 1875, anexo ao colégio que já mantinha, o Jardim de Crianças, do médico Joaquim José de Menezes Vieira, foi concebido para receber crianças com idade anterior àquela do ensino primário. De início entre 3 a 6 anos.

então, com respingos das ideias froebelianas e, mais evidente, assumindo abertamente a preferência pelo método das “lições de coisas”. Alguns dos livros que ela assinou visavam objetivamente a estruturar as escolas da AFBI conforme essas influências, a começar por seu currículo, o que incluía desde as atividades e exercícios até o arranjo e conteúdo das disciplinas. Um dos produtos deveras expressivos desse empenho data de 1902 (de autoria de Anália e Eunice Caldas), cujo título é *Manual para as Escolas Maternais da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, preparado para “aliviar em parte o labor difficil das directoras das escolas maternas, visto que dar-se lições as criancinhas não é tão fácil como muitos supõem” (FRANCO; CALDAS, 1902, p. 5).

Os ecos das “lições de coisas”, por sua vez, são perceptíveis e assumidos nas *Terceiras Lições para as Escolas Maternas* (FRANCO, 1905). A prioridade por ensinar por meio dos sentidos, anunciada desde o título, aproxima-se muito da filosofia do método educacional intuitivo, difundido nas últimas décadas do século XIX, vinculado ao que se denominava à época de pedagogia moderna, cujas bases tinham raízes desde as ideias de Rousseau, Pestalozzi, e Froebel, entre outros. Vera Valdemarin e Adriana Pinto (2010) esclarecem que o método intuitivo, em ascensão na educação pública paulista desde fins do XIX, pareceu ser a alternativa capaz de atender às novas demandas da sociedade pelo acesso à escola elementar e garantir que as crianças recebessem o fundamental da educação escolar, especialmente desde o início da República, quando o governo paulista iniciou ciclos sucessivos de estruturação do sistema escolar público, levando, assim, a escola a reiterados momentos de expansão e interiorização.⁹

Da orientação curricular e da sugestão de métodos didáticos, os títulos assinados por Anália e/ou cancelados pela AFBI passavam também a temas dirigidos à educação das crianças pelas famílias (sobretudo pelas mães), a exemplo do *Novo manual educativo para nossos filhos* (com registros de sua publicação na forma de fascículos em 1906 e 1908), ou o *Manual das mães para o 2º ano elementar* (também na forma de fascículos vindos a lume em 1913 e 1914) (FRANCO, 1913; FRANCO, 1914). Não surpreende, portanto, que ela se tenha mostrado prolífica ao longo das décadas de 1900 e 1910 em termos de escrita e publicação. Desde antes da fundação da AFBI, Anália Franco já conhecia o que era escrever, publicar e fazer ideias circularem em defesa da educação escolar das mulheres. Assim fora com a revista *Álbum das meninas*, regularmente publicada entre 1898 e 1901 (LODI-CORRÊA, 2009), vez que sua autora era veterana no campo assistencial e escolar paulistano à época em que contribuiu para fundar a AFBI.

O primeiro asilo infantil de Ribeirão Preto: um exemplo do alcance da influência de Anália Franco

Como efeito do crescimento da AFBI para fora dos limites da capital paulista e da posição referencial de sua presidente, o caso de Ribeirão Preto é ilustrativo a respeito da influência de Anália Franco na modelação de um novo estabelecimento batizado com o seu nome e fundado em 1917. Antes do primeiro asilo para órfãos da cidade, o amparo aos necessitados em Ribeirão Preto partiu das organizações locais da sociedade civil que, desde fins do século XIX, estabeleceram a Santa de Misericórdia, em 1896, a Sociedade Amiga dos Pobres (que oferecia albergue a mendigos e uma escola primária para crianças pobres), em 1905, além das várias so-

⁹A expansão do sistema escolar público de São Paulo - ao menos aquela que combinou arquitetura e orientação pedagógica e introduziu a escola seriada no estado e no Brasil, cujos produtos são os grupos escolares e ginásios - começou coetaneamente à Primeira República e atravessa ciclos, ora com menor ora com maior expansão e construção de escolas durante o século XX (BUFFA; PINTO, 2002).

iedades de socorros mútuos fundadas por imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e sírios entre 1896 e 1907 (FONSECA, 2012). Porém, faltava uma instituição estruturada para o fim de cuidar de crianças órfãs, ausência esta registrada pelo editor do diário local, *Diário da Manhã*, Eneias da Silva, que, em 1913, aludia à necessidade de fundar, em Ribeirão Preto, “um estabelecimento ou um instituto de protecção à infancia abandonada, às creanças de um e de outro sexo, atiradas pela miséria ou pelo abandono dos Paes no vórtice da perdição” (SILVA, 1913, p. 1). Em que pese a necessidade da qual o editorialista se fazia porta voz, somente em 1917 o “Asylo de Orphans Anália Franco”, de Ribeirão Preto, iniciou suas atividades, com inauguração no dia 13 de outubro¹⁰.

Os antecedentes imediatos da criação do asilo de Ribeirão Preto são pontuados por articulações de membros da maçonaria local para criar na cidade um estabelecimento para crianças órfãs. Na reunião da loja maçônica “Estrella D’Oeste”, realizada em 17 de fevereiro de 1913, foi exposta a correspondência recebida e assinada por Anália Franco, “solicitando apoio moral” (LOJA, 1913, p. 44) da maçonaria paulista para fundar instituições (asilos, creches e escolas) em diversas localidades do interior do estado¹¹. Quatro anos depois, em maio de 1917, as movimentações para a criação do asilo foram aceleradas. Na ata da reunião do dia 21, por exemplo, o presidente da Loja comunicou ter visitado Anália Franco e que a ela expôs seu desejo de criar um asilo de órfãs na cidade, razão pela qual precisaria do apoio dos maçons locais para concretizar esse intento, principalmente no que se referia ao suporte financeiro. A partir de então, os maçons se organizaram para fundar o asilo infantil da cidade, utilizando-se

principalmente dos momentos das reuniões periódicas do grupo para deliberarem sobre tal. Ainda em maio do mesmo ano, no dia 28, o então presidente apresentou um projeto de criação do asilo para meninas, quando avisou que a “Loja” estava “já empenhada em coadjuvar a Exma. Sra. D. Analia Franco, na criação do Asylo de Orphãos nesta cidade”; para tanto ele propunha “que esta Loja expedisse (uma circular) a todos digo a todas as Lojas no Estado solicitando um obulo para esse fim”, pois, “apezar dos exforços que viemos fazendo para collocar a nossa Loja como um legítimo factor de progresso, na actualidade (...) não encontramos até agora uma occasião”, embora permanecesse inabalávela “resolução que tomou a Benemerita Sra. D. Analia Franco, de fundar nesta cidade um Asylo para o amparo de meninas pobres” (LOJA, 1913, p. 55-6).

Na reunião de 25 de junho de 1917, o presidente da Loja felicitou os outros membros da diretoria pelo empenho e leu uma lista de arrecadação dos donativos e o quanto cada maçom conseguira angariar. Essa foi uma reunião festiva e solene que tratou quase que exclusivamente da criação do asilo, da qual participaram diversas autoridades da maçonaria e, conforme a narrativa do Livro de Atas, a própria Anália Franco esteve presente na reunião, o que se conclui pela passagem: “(...) em seguida foi dado ingresso a Exma. Sra. D. Analia Franco, que foi também recebida e saudada pelo [presidente da Loja]” (ASYLO, 1922, p. 1). No final dessa reunião, toda a quantia arrecadada foi entregue a ela. Por fim, o asilo foi inaugurado no dia 13 de outubro de 1917, “em prédio na rua Visconde de Inhauma, nº 35”. Mais tarde, em 1922, o asilo passou a ter sede própria no prédio construído especialmente para esse fim. Em 14 de maio de 1922, (fato registrado desde en-

¹⁰O asilo, que atendia a meninas de Ribeirão Preto e região, existe ainda hoje como pessoa jurídica (segundo informações de membros da Loja Maçônica Estrella D’Oeste), mas suas instalações físicas não existem mais e há registros de entrada e saída de internas até o ano de 1972 (ASYLO, 1917).

¹¹Grande parte das fontes documentais produzidas pelo *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto pertencem à Loja Maçônica “Estrella D’Oeste”, na mesma cidade. Existe também considerável documentação sobre Asilo guardada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

tão no livro de atas das reuniões do próprio asilo) ocorreu a sessão solene da inauguração de sua sede social, à Rua Ruy Barbosa, nº 11. Compuseram a mesa da sessão nomes da política local e dos poderes locais, a saber: “Exmo. Dr. João Rodrigues Guião, Prefeito municipal, Exmo. Dr. Joaquim Mamede da Silva, Juiz de Direito da Comarca, Dr. Fábio de Sá Barreto, vice-presidente da Camara Municipal desta cidade, Dr. Tito Livio dos Santos, Juiz de Paz desta Comarca, Dr Plinio dos Santos, Inspector Escolar Municipal”; junto das autoridades estava a primeira diretoria da casa, “Dr. Benjamin Anderson Estauffer, Presidente do Asylo, José Télles, Thesoureiro interino, Miguel Deloiagono, Secretário e a Senhorita Anita dos Santos, Directora do Asylo” (ASYLO, 1922, p. 1).

Da inauguração participaram próceres da política local, a começar pelo prefeito, pelo presidente da câmara, incluindo nomes expressivos das camadas médias da cidade, como o presidente do asilo, o inspetor escolar e o juiz de paz. Dessa presença na abertura dos trabalhos do asilo da cidade, pode-se destacar uma característica constitutiva da filantropia em pleno funcionamento: a combinação entre o público e o privado, especialmente no que se refere à manutenção financeira da instituição. A loja maçônica “Estrella D’Oeste” foi a principal responsável por reunir donativos e criar as condições para que o asilo fosse fundado e, para além da inauguração, desde o início assumiu a posição de mantenedora desse estabelecimento. Como esforço adicional, em reunião de 5 de novembro de 1917, a diretoria do asilo tomou a decisão de organizar uma lista de sócios contribuintes do asilo por meio da emissão de talões de recibos mensais (LOJA, 1913). Ao ser colocado para funcionar, por essa via, parte do orçamento do asilo era formado pelas contribuições de quadros da elite econômica e política local, a exemplo de membros das famílias Junqueira e Diedericksen, constantes em vários registros de contribuintes. De outra parte, havia

alguma subvenção do erário público (principalmente do governo municipal e normalmente insuficiente), fato inscrito nos relatórios das administrações municipais dos anos de 1921 a 1928 (CÂMARA MUNICIPAL, 1929). A fração majoritária do caixa do asilo, porém, cumpria à mantenedora suprir através de variados meios de arrecadação, como festas, loterias, mensalidades pagas por membros da loja, venda dos produtos das oficinas da casa, enfim, uma sorte de recursos por meio dos quais a diretoria da loja lançava mão para fazer frente às despesas gerais.

As estratégias de arregimentar apoios e de formar o caixa da obra assistencial eram as usuais tanto para AFBI e Anália Franco quanto para os maçons ribeirão-pretanos, mantenedores do asilo. Na verdade, era a tática conhecida por filantropos e lideranças de organizações do campo assistencial, bastante aplicada desde o século XIX. Nesse ponto, a versão local do asilo, seus diretores e seu corpo funcional faziam o que se sabia desde há muito para manter um estabelecimento: montar redes de aliança, apoio, contribuição financeira e simpatia entre quadros das elites políticas e econômicas; apelar à comunidade a fim de arrecadar fundos e/ou donativos em espécie, de forma regular ou eventual (em festas, sorteios, loterias e listas); firmar vínculos regulares ou pontuais com prepostos do poder público e/ou apelar ao legislativo (municipal, estadual e, por vezes, o federal) com o objetivo de conseguir subvenções, isenção de impostos e doação de terrenos.

Se as práticas aproximavam os filantropos ribeirão-pretanos de Anália Franco devido ao pertencimento ao campo assistencial, do ponto de vista do modelamento institucional, há evidentes sinais da influência da patronesse sobre o asilo local. A começar pelo currículo e pelas etapas do ensino, no Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral em 17 de novembro de 1924 e publicado no ano seguinte (1925), foram definidos os

seguintes níveis: jardim de infância (internas dos 4 aos 7 anos); curso primário, cuja escola era mantida e regulamentada pelo Governo do Estado (para internas de 7 anos para cima e que ainda não apresentassem preparo para o curso médio); curso médio, para revisão geral do curso primário, com o objetivo de auxiliar as asiladas que quisessem cursar o secundário; curso secundário, caso houvesse candidatas para isso (ou, se fosse mais conveniente à diretoria, elas poderiam frequentar o Ginásio do Estado em Ribeirão Preto, ou as Escolas de Comercio ou Farmácia e Odontologia) e, por fim, o ensino profissional, que contava com três oficinas: de roupas brancas, de rendas e bordados, e de confecções (ASYLO, 1925). Esse último nível de ensino, o profissional, era obrigatório para todas as internas acima de dez anos, que deveriam seguir a ordem estabelecida entre as oficinas, de forma que ficassem três anos cursando cada uma e todas pudessem frequentar as três. Assim como definiam os documentos normativos da AFBI, antes citados, o ensino de ofícios, normalmente relacionados ao trabalho manual, era o mais recorrente entre as internas. O Regimento do asilo de Ribeirão Preto definia que os programas das oficinas deveriam ser os mesmos da “Escola Profissional Feminina de S. Paulo”. Para tanto, deveria ser contratada uma professora diplomada por aquela escola para dirigir esse nível de ensino. Da referência aos programas da escola profissional da capital, o Regimento deixa claro quais oficinas seriam ministradas para as internas: “Officinas de Flores, Costuras e Bordados”. No capítulo sobre o jardim de infância do asilo em Ribeirão Preto, as faixas etárias admitidas seriam as de “4anos completos a 7 anos incompletos”, sendo todas asiladas, ao passo que o seu caráter seria do de “transição do lar para a escola”, com o fim de “iniciar a educação physica, intellectual e moral das crianças” (ASYLO, 1925, p. 6). O ensino, por sua vez, “que aqui se ministrar, do modo mais concreto e intuitivo possível, visa tão somente o desenvolvimento dos

sentidos” a ser realizado num tempo “diário de trabalho de quatro horas, com recreios e descansos, não podendo exceder cada aula de 15 minutos” (ASYLO, 1925, p. 6).

Mais do que demonstrar a semelhança, as práticas e princípios pedagógicos do asilo ribeirão-pretano tinham marcas nítidas da influência do geral do programa educativo idealizado por Anália Franco. Etapas, níveis e idades, fazeres, aulas, ofícios a ensinar e a aprender, enfim, os elementos escolares estruturantes do modelo escolar/asilar projetado pela AFBI sob a liderança de Anália Franco visavam a robustecer o caráter educativo dos vários estabelecimentos mantidos ou apoiados pela associação, de modo a sedimentar a formação e mimese da escola sobre a corrente situação de abrigo e criação vigente na cultura institucional da assistência à infância de início do século XX.

Considerações finais

Desde a criação da AFBI, para a qual ela contribuiu para ser projetada e tornar-se uma organização influente na capital e em várias cidades do estado, até 1919, ano do epílogo de uma impactante epidemia de gripe na capital paulista que determinou seu perecimento em pleno socorro que prestava às vítimas enfermas, Anália Franco tornou-se uma figura marcante no meio assistencial paulistano e, como não considerar, do estado que adotou por seu desde sua mudança do Rio de Janeiro nos idos da década de 1860.

No século XIX, Anália Franco já estava engajada em feitos assistenciais, além de ser professora primária e publicar um jornal em defesa da educação das mulheres na escola. Ao se somar aos quadros da AFBI desde a primeira hora, Anália era veterana em matéria de filantropia, com a diferença de, a partir de 1901, contar com uma organização, colaboradoras, apoiadores e com entradas para um campo de há muito povoado pela so-

cidade civil como artífice de ações dirigidas ao amparo de crianças desvalidas, no qual era natural ter o estado em segundo plano e os expoentes individuais e/ou coletivos da sociedade como os principais mantenedores e promotores de instituições assistenciais infantilo-juvenis. Justamente nesse campo, Anália se afirmou elaborando ideias que se compunham de referências às inovações pedagógicas de fins do século XIX e início do XX e que deveriam ser aplicadas em ambientes como creches, asilos infantis e escolas maternais que, nesse tempo, estavam mais para o assistencial que exatamente para o escolar. De nome estampado em manuais e livros, marca de sua atividade na escrita e na publicação, ela atuava também numa linha complementar e que rendia fôlego ao trabalho da Associação e dos estabelecimentos pelos quais ela respondia na forma de apoio político e material. A exposição pública, a interlocução com autoridades e membros do poder público e as ligações com filantropos assentados nas elites paulis-

tanias e de outras cidades compunham um circuito de conexões acionadas por Anália a fim de angariar sustento e apoio à uma causa e a uma obra.

A posição de expoente do campo assistencial, por sua vez, produziu-se também em função das incursões de Anália pelo interior, por variadas cidades nas quais fazia de visitas a articulações com os locais a fim de dar andamento a obras iniciadas ou apoiar a criação de asilos e creches onde ainda não existiam. Para tanto, as comunidades espíritas, os maçons, os políticos das localidades, os membros de clãs familiares e pessoas devotadas às causas filantrópicas em geral, quando pretendiam responder às demandas de suas cidades motivadas pelo abandono, orfandade e desvalimento de crianças, podiam encontrar uma entre as respostas institucionais possíveis no início do século XX nos modelos institucionais, nas ideias e nos princípios dos quais Anália era porta-voz, artífice e representante.

Referências

- ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de novembro de 1901*. (manuscrito), p. 2.
- ASSOCIAÇÃO FEMININA, BENEFICENTE E INSTRUTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório de 1908 apresentado e aprovado em assembleia geral ordinária de 15 de janeiro de 1909 pela presidente Anália Franco*. São Paulo: Typographia da Voz Maternal, 1909.
- ASSOCIAÇÃO FEMININA, BENEFICENTE E INSTRUTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório de 1912 apresentado e aprovado em assembleia geral ordinária de 5 de abril de 1913*. São Paulo: Typographia do Globo, 1913.
- ASSOCIAÇÃO FEMININA D. ANÁLIA FRANCO. *Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de março de 1919*. São Paulo, 1919. (datilo.)
- ASYLO DE ORPHANS ANALIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO. *Livro de Matrículas*. Ribeirão Preto, 1917. (manuscrito), p. 6.
- BASTOS, Maria Helena C. O jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONAR-CHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas, SP: Autores Associados; FAPESP, 2001. p. 31-80.

- A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1903. Ano I, número 1, p. 7.
- A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, números 1, p. 8.
- A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 2, p. 3.
- A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 4, p. 7.
- A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 5, p. 2.
- A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 7, p. 4.
- ASYLO DE ORPHANS ANALIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO. *Livro de matrículas*. Ribeirão Preto, 1917. (manuscrito).
- ASYLO DE ORPHANS ANALIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO. *Livro de atas*. Ribeirão Preto, 1922. (manuscrito), p. 1.
- ASYLO DE ORPHANS “ANALIA FRANCO” DA LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE. *Relatório dos anos de 1924 a 1925*. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Beschiza, 1925, p. 6.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 1999.
- BASTOS, Maria Helena C. O jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). In: MONAR-CHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas, SP: Autores Associados; FAPESP, 2001. p. 31-80.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gerson de Almeida. *Arquitetura e educação*. Organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.
- CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. *Relatórios correspondentes ao exercício de 1928, apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1929, pelo presidente Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos e pelo prefeito municipal José Martimiano da Silva*. Ribeirão Preto: Casa Beschizza, 1929.
- FONSECA, Sérgio César da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 79-108, mar. 2012.
- FRANCO, Anália; CALDAS, Eunice. *Manual para as Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*. Primeiro Trimestre. São Paulo, Tipo-Lithografia Ribeiro, 1902, p. 5.
- FRANCO, Anália. *Terceiras lições para as escolasmaternaes*. Segundo fascículo. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1905.
- FRANCO, Anália. *Manual das mães para o 2º ano elementar*. Ensino em família ou em classes. 1ª série. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1913.
- FRANCO, Anália. *Manual das mães para o 2º ano elementar*. Ensino em família ou em classes. 1ª série (livro do aluno). Fascículo 2º. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1914.
- HAUCK, João Fagundes. *História da igreja no Brasil: segunda época*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- KISHIMOTO, T. M. *A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, 1986, p. 211.

- LODI-CORRÊA, Samantha. *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)*. Dissertação (Mestrado em História da Educação), Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2009.
- LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D'OESTE. *Livro de atas*. Ribeirão Preto, 1913. (manuscrito).
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Madras, 2004.
- MOTT, Maria Lucia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 41-67, Jun. 2005.
- OLIVEIRA, Eliane de Christo. *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado). Universidade São Francisco, 2007.
- O ESTADO DE S. PAULO. Notícias do Interior: Dobrada. São Paulo, 7 abr. 1914, p.6. Ano XL, número 12.891, p. 6.
- O ESTADO DE S. PAULO. Notícias do Interior: Jundiahy. São Paulo, 20 jan. 1914, p.7. Ano XL, número 12.815, p. 7.
- O ESTADO DE S. PAULO. Notícias do Interior: Sorocaba. São Paulo, 12 mar. 1917, p. 4. Ano XLIII, número 13.955, p. 4.
- PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças*. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.
- RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil*. Uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- SÃO PAULO (Estado). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1927, pelo Dr. Antonio Dino da Costa Bueno, Presidente do Estado de São Paulo*. In: SÃO PAULO. Relatórios dos Presidentes de Estado. 1ª República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.
- SILVA, Enéias da. Pela infância abandonada. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, n. 4079, p.1, coluna 5, 12 jan. 1913, p. 1.
- VALDEMARIN, Vera; PINTO, Adriana Aparecida. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. *Revista Educação em Questão*, Natal (RN), v. 39, n. 25, p. 163-187, set-dez. 2010.
- VENTURA, Magda Fernandes. *Mulheres educadoras na presidência da Associação Feminina Santista (Década de 1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2016.

Submissão: 06/10/2017

Aceite: 21/01/2018